

A DIALÉTICA DO ESCLARECIMENTO: UMA CRÍTICA PERTINENTE PARA PENSAR A POTENCIALIDADE DE UMA FILOSOFIA DECOLONIAL

DIALECTIC OF ENLIGHTENMENT: A PERTINENT CRITIQUE TO THINK ABOUT THE POTENTIAL OF A DECOLONIAL PHILOSOPHY

DIALÉCTICA DE LA ILUSTRACIÓN: UNA CRÍTICA PERTINENTE PARA PENSAR LA POTENCIALIDAD DE UNA FILOSOFÍA DECOLONIAL

Neyha Guedes Dariva

Universidade Federal de Pelotas

ORCID – <https://orcid.org/0000-0002-8089-9145>

Resumo: Este artigo parte do diagnóstico da realidade política e social brasileira como porta de entrada para a compreensão da tese apresentada por Adorno e por Horkheimer na obra *Dialética do Esclarecimento*, a saber: a de que nossa racionalidade recai em profunda contradição. Ao mirar no ideal de progresso, em especial a partir da modernidade, a humanidade acabou acertando bem no alvo da barbárie e da frieza humana. Já era de se esperar que a sociedade alemã do século XIX tivesse alcançado os ideais de elevação humana vislumbrados pelo Iluminismo. Porém, estavam, na total contramão de suas expectativas, imersos nos horrores do nazismo. No Brasil do século XXI, infelizmente, também colecionamos exemplos que evidenciam que o objetivo moderno não foi efetivado e, ao que tudo indica, não passou de uma fantasia ilusória e romantizada. A racionalidade criticada na obra que dá título a este artigo pode ser uma chave interessante para entendermos como é possível analisar nossa própria realidade e compreender como o empreendimento colonial ainda reverbera em nossa sociedade. A filosofia decolonial surge, ao longo do texto, como um exercício de resistência ao modelo racional instrumentalizado, fruto das colônias e, portanto, trazido desde a Europa.

Palavras-chave: Dialética do Esclarecimento. Colonialidade. Decolonialidade.

Abstract: This article is based on the diagnosis of the Brazilian political and social reality as a gateway to understanding the thesis presented by Adorno and Horkheimer in the work *Dialectic of Enlightenment*, namely: that our rationality falls into deep contradiction. By aiming at the ideal of progress, especially since modernity, humanity ended up hitting the target of barbarism and human coldness. It was to be expected that the German society of the 19th century had reached the ideals of human elevation, envisioned by the Enlightenment. However, they found themselves in the opposite direction of their expectations, immersed in the horrors of Nazism. In the Brazil of the 21st century, unfortunately, we also collect examples that show that the modern objective has not materialized and, to what everything indicates, it did not go beyond an illusory and romanticized fantasy. The rationality criticized in the work that gives the title to this article can be an interesting key so

that we can understand how it is possible to analyze our own reality and understand how the colonial enterprise still finds an echo in our society. Decolonial philosophy emerges, throughout the text, as an exercise in resistance to the instrumentalized rational model, the result of the colonies and, therefore, brought from Europe.

Keywords: Dialectic of Enlightenment. Coloniality. Decoloniality.

Resumen: Este artículo parte del diagnóstico de la realidad política y social brasileña como puerta de entrada para la comprensión de la tesis presentada por Adorno y por Horkheimer en la obra Dialéctica de la Ilustración, a saber: la de que nuestra racionalidad recae en profunda contradicción. Al apuntar al ideal de progreso, en especial a partir de la modernidad, la humanidad acabó dando en el blanco de la barbarie y de la frialdad humana. Era de esperarse que la sociedad alemana del siglo XIX hubiese alcanzado los ideales de la elevación humana, vislumbrados por el Iluminismo. Sin embargo, ellos se encontraban en la contramano de sus expectativas, inmersos en los horrores del nazismo. En el Brasil del siglo XXI, infelizmente, también coleccionamos ejemplos que evidencian que el objetivo moderno no se concretó e, a lo que todo indica, no pasó de una fantasía ilusoria y romántizada. La racionalidad criticada en la obra que da título a este artículo puede ser una llave interesante para que podamos entender como es posible analizar la propia realidad y comprender como el emprendimiento colonial todavía encuentra eco en nuestra sociedad. La filosofía decolonial surge, a lo largo del texto, como un ejercicio de resistencia al modelo racional instrumentalizado, fruto de las colonias y, por lo tanto, traído desde Europa.

Palabras-clave: Dialéctica de la Ilustración. Colonialidad. Decolonialidad.

UM DIAGNÓSTICO DO PRESENTE

O ano é 2022 e escrevo este artigo às vésperas das eleições que, dentre outros cargos, irá decidir o próximo presidente do Brasil¹. Quem ocupa o posto neste momento não merece ser nomeado. Não é o esquecimento propriamente dito que lhe desejo, pois merece ser julgado e

¹ As eleições foram concluídas antes do término deste artigo. O resultado foi favorável à democracia, mas a diferença entre os dois candidatos que concorreram ao segundo turno ainda detona um sinal de alerta. Infelizmente, o presidente mais cruel de nossa história recente, desde a criminosa ditadura militar, recebeu o total de 49,10% dos votos válidos no segundo turno. Ou seja, mais de 58 milhões de brasileiros e brasileiras, parecem ser coniventes com as atrocidades proferidas, encorajadas e praticadas pelo candidato que concorreu à reeleição. Optei por manter a parte introdutória tal qual como foi escrita pois: a) ajuda a compreender o sentimento envolvido durante a confecção do artigo, considerando o contexto histórico e político, e b) favorece a tese de que vivíamos e ainda vivemos (dado o resultado que acabamos de descrever) sob uma ameaça de retrocesso bárbaro. O curso da violência não parece findar-se com a derrota nas urnas, uma vez que tantos brasileiros insistem em apoiar ideologias indefensáveis, que beiram o neonazismo.

condenado por seus crimes. Mas não lhe citarei, para não marcá-lo mais ainda em minha vida. Que pague por seus crimes e que sua fama seja apenas lembrada para evocar o exemplo de tudo aquilo do qual devemos nos afastar e vigiar. Crueldade, frieza, arrogância, machismo, misoginia, homofobia, racismo, ignorância, aporofobia, crueldade, perversidade... Esses são alguns dos adjetivos possíveis para aquele que ocupa, atualmente, o posto de presidente. Mas ele, o abjeto, não chegou à cadeira presidencial por acaso, não é mesmo?

Este artigo não é uma análise política. Apenas evoco o exemplo de tal sujeito para fazer um diagnóstico: vivemos tempos sombrios. Afinal, em que nação esclarecida se pode esperar que tenhamos elegido, democraticamente, um presidente que orgulha-se tanto de tempos em que aqui se matava e tortura os contrários à ditadura? Ou que, com o peito inflado, garante que irá “fuzilar a petralhada”? Um presidente que defende a opressão e que não acredita na democracia? Que garante que “morreram poucos, a PM tinha que ter matado mil”? Estamos falando de alguém que incita o ódio, que não é favorável à liberdade religiosa, que opina de forma a estimular a desigualdade salarial entre homens e mulheres, que prefere um filho morto a um filho gay, que menospreza e age para liquidar os povos originários, que animaliza pessoas quilombolas e os chama de vagabundos, que não acredita em direitos humanos, que banaliza estupro, a Covid-19, o sofrimento e a fome.

Em sentença dada em setembro deste ano pelo Tribunal Permanente dos Povos, o atual presidente foi condenado por crimes contra a humanidade e por violação aos direitos humanos. Sendo apenas simbólico, e não punitivo, o Tribunal julgou a conduta do presidente durante a crise sanitária da Covid-19 e decidiu que a política insensata propositalmente adotada foi responsável por dezenas de milhares de mortes, que, portanto, poderiam ter sido evitadas se recomendações básicas de consenso científico tivessem sido seguidas. O Tribunal dos Povos recomendou, ainda,

que o caso fosse levado para o Tribunal de Haia, corte internacional que julga quatro tipos de crimes: genocídio, crimes contra a humanidade, crimes de guerra e de agressão. Mesmo sem poder punitivo, uma sentença do Tribunal Permanente dos Povos aponta para um alerta e represália internacional, denunciando possíveis crimes e aconselhando seus julgamentos e devidas punições.

O momento lamentavelmente emblemático em que vivemos parece ser uma triste reprise histórica. Foi Marx quem disse que a história se repete, “a primeira vez como tragédia e a outra como farsa” (2008, p. 207). Não poderia fazer mais sentido. Lembro-me de que quando criança estudava na escola os horrores do nazismo e ingenuamente me perguntava como as pessoas permitiram tamanha barbárie. Fui realmente muito inocente, pois ainda não sabia, naquele momento, dos estragos que o embrutecimento racional poderia provocar em todos nós. Falaremos disso daqui a pouco. Por agora, a opção é apenas demarcar essa terrível coincidência que presenciamos em nosso tempo. Acredito que algum leitor mais cauteloso esteja agora se contorcendo e afirmando ser perigosa tal comparação. Pois digo que é muito mais perigoso não comparar, pois caímos no risco de banalizar a frieza e a crueldade de que somos testemunhas oculares. Talvez aqui não seja possível caracterizar-se um genocídio, não por falta de mortes, obviamente. Mesmo assim, uma política do ódio e do menosprezo de determinadas vidas (daqueles considerados humanos de segunda classe) está nitidamente em operação e essa realidade não pode ser minimizada.

Foi Adorno quem, ao meu ver, melhor tratou a questão da frieza e da crueldade humanas. Mergulhado na realidade da guerra e impactado pelo holocausto promovido pelo nazismo, Adorno perguntou-se algo que agora muitos brasileiros também se perguntam: como chegamos a isto? Sua pesquisa não se tratava de um remonte histórico para explicar as causas políticas que levaram ao nazismo. Adorno era enfático em afirmar que não existe explicação para a barbárie, qualquer tipo de esforço neste sentido

banaliza o ocorrido. A pergunta, como chegamos a isto, tem menos o caráter de uma tentativa de entender e mais a missão de uma autocrítica. Neste caso, não uma autocrítica de teor personalista, mas de sociedade. Nesse ponto, acredito que nossa questão seja a mesma.

Muitas são as análises históricas, sociais e políticas possíveis para explicar o fenômeno à extrema direita que assolou o Brasil nas eleições presidenciais de 2018 e que ainda se apresenta forte e assustador. Porém, fazer correlação de causa e efeito para o que aconteceu nos últimos quatro anos é, parafraseando Adorno, banalizar a monstruosidade. Essas leituras são válidas e necessárias, mas é preciso sempre demarcar em alto e bom som que *nada pode explicar aquilo que deveria ser inadmissível*.

Anteriormente, afirmei que o atual presidente não chegou a este cargo por acaso. Obviamente não quero dizer com isso que é necessário dar crédito a tese de que tenha ocorrido alguma conspiração do destino. Ao contrário do que o presidente demissionário gosta de afirmar, não creio que sua posição seja resultado de uma missão divina a ele outorgada. Se fosse para ser de fato um messias, como parece gostar de sugerir, eu apostaria mais naquele descrito no livro de Mateus². Não tenho a necessária religiosidade para defender nenhuma das duas teses. Minha hipótese é muito mais terrena e acompanha minhas leituras adornianas: precisamos fazer uma autocrítica enquanto sociedade. Como chegamos até a quadra da história em que nos encontramos? Lancemos um olhar à teoria de Theodor W. Adorno, acerca da contemporaneidade, para aproveitarmos algumas de suas análises.

² Mateus é um dos livros que formam a Bíblia Sagrada. Neste livro, em especial no capítulo 24: 23-24, o apóstolo descreve alguns dos eventos que irão preceder o apocalipse, entre estes está a aparição de falsos messias.

AUTOCRÍTICA E RAZÃO INSTRUMENTAL

Iniciei este artigo com um diagnóstico do presente. Adorno faz o mesmo em sua obra, fala da sociedade de sua época, dos horrores de seu tempo, para desafiar a ideia de progresso. Não vejo por que deveria iniciar este texto falando da segunda guerra mundial e do holocausto, sendo que temos aqui nosso próprio e lamentável exemplo para utilizar. Na introdução comentei sobre minha infância, lembrei-me de quando na escola estudei sobre o nazismo e o massacre do povo judeu e de como me parecia chocante a ideia de que muitos cidadãos alemães foram, mesmo que por omissão, coniventes com tamanha monstruosidade. Associei este fenômeno com o que chamei de embrutecimento racional, pensando principalmente em um conceito de Adorno e de Horkheimer, utilizado para expressar uma faceta da racionalidade humana. Razão Instrumental é o nome dado para o pensamento que se tornou puro cálculo matemático e desmistificado, para a razão técnica e engessada que elegemos como sendo nossa habilidade mais valorável e, portanto, mais desejável. Tecer uma análise da razão humana foi e, ao meu ver, continua sendo, peça chave para uma análise do presente e para aquela autocrítica enquanto sociedade que defendi ser tão importante atualmente. Por isso, remontemos agora à teoria de Adorno, principalmente em sua obra escrita em conjunto com Max Horkheimer, outro grande pensador da chamada Escola de Frankfurt.

Dialética do Esclarecimento é uma obra escrita entre os colegas e colaboradores Adorno e Horkheimer, no ano de 1947. A maneira fluida de expor um pensamento denso e, por vezes, de difícil compreensão em uma primeira leitura, marca aquilo que me parece um desabafo. A obra foi escrita pouco depois do final da guerra e da derrota nazista e é dedicada àquela pergunta que expus anteriormente: como chegamos a isto? Complemento: como fomos capazes de tamanha crueldade? Como permitimos tal genocídio? O que aconteceu para que nos desviássemos do

caminho do progresso e enveredássemos nas vielas da desumanidade? Essas são algumas das possíveis perguntas que guiaram a escrita do livro, que já era uma obra com teses maduras acerca da análise social empreendida pelos autores.

Chamar a forma de escrita de desabafo é, obviamente, uma interpretação pessoal; afinal, não posso confirmar essa suspeita. Porém, o tom intempestivo e as afirmações duras e sem rodeios feitas durante todo o texto, parecem corroborar minha suspeita. As primeiras palavras já fazem um rígido diagnóstico sobre a sociedade contemporânea, desde suas heranças modernas:

No sentido mais amplo do progresso do pensamento, o esclarecimento tem perseguido sempre o objetivo de livrar os homens do medo e de investi-los na posição de senhores. Mas a terra totalmente esclarecida resplandece sob o signo de uma calamidade triunfal. O programa do esclarecimento era o desencantamento do mundo. Sua meta era dissolver os mitos e substituir a imaginação pelo saber. [...] Contudo, a credulidade, a aversão à dúvida, a temeridade no responder, o vangloriar-se com o saber, a timidez no contradizer, o agir por interesse, a preguiça nas investigações pessoais, o fetichismo verbal, o deter-se em conhecimentos parciais: isto e coisas semelhantes impediram um casamento feliz do entendimento humano com a natureza das coisas e o acasalaram, em vez disso, a conceitos vãos e experimentos erráticos: o fruto e a posteridade de tão gloriosa união pode-se facilmente imaginar. (1985, p. 19)

A promessa moderna nos fez acreditar que a humanidade caminharia para seu máximo progresso em todas as áreas. O projeto do movimento iluminista dava voz ao conjunto de esperanças que a nova mentalidade científica proferia e que encaminharia, supostamente, para um rumo certo, com destino ao conhecimento seguro sobre todas as coisas. A proposta era tão simples quanto implacável: livrar os homens do véu da ignorância oriundo dos mitos e da religião e investi-los na posição de senhores da natureza, por meio de sua própria razão. A separação entre mente e corpo do *cogito, ergo sum* cartesiano exprime bem a esperança depositada em

um fazer científico tão confiável quanto uma razão pura e independente. O pensamento matemático é o objetivo a se alcançar em todas as áreas, pois nele está o modelo de confiabilidade e exatidão a ser seguido e perseguido como finalidade. Para explicar o mundo, não precisamos mais dos mitos, nem da Igreja, precisamos apenas confiar em nossa ilibada razão, que como uma mãe bondosa nos guiará para aquilo que for melhor, sem nunca nos desamparar. Que linda sociedade estávamos construindo, se ela de fato se efetivasse, claro. Afinal, basta olhar ao nosso redor para saber que a *terra totalmente esclarecida resplandece sob o signo de uma calamidade triunfal*.

O holocausto promovido pelo nazismo matou em torno de 6 milhões de judeus³, a maioria assassinada em campos de extermínio construídos como uma verdadeira indústria da morte e da degradação. Muitos são os testemunhos dos horrores praticados nesses locais, tanto no quesito carnificina, quanto na perversidade da humilhação e do gozo, por parte dos oficiais, com o sofrimento dos prisioneiros, submetidos aos mais monstruosos castigos, experimentos médicos, abusos sexuais, psicológicos e etc. Essa é a realidade que se impõe à análise de Adorno e de Horkheimer e a partir dela é que a calamidade ecoa como a comprovação do fracasso da promessa moderna. Mas, ao contrário do que muitos pensadores afirmaram após a guerra, para os autores da Dialética do Esclarecimento, o nazismo não representa um sono de nossa razão – um deslize da humanidade que pode ser superado - senão que é exatamente fruto dela. Como nos ajuda a entender o professor Perius, "quando a realidade desmente a razão e suas promessas de reconciliação, o que passa a ser tarefa do filósofo não é

³ Cito o número de mortes de pessoas da religião judaica pois este foi o principal grupo perseguido pelo nazismo. Porém, não devemos esquecer que outras incontáveis vidas foram ceifadas pelo Terceiro Reich, que perseguia, e também enviava aos campos de concentração, negros, ciganos, homossexuais, padres e todos aqueles que se opunham ao regime.

continuar simplesmente acusando o irracionalismo da ordem sócio-cultural mas, antes disso, rever o próprio conceito de razão" (2016, p. 151).

Nietzsche em sua obra *O nascimento da tragédia* nos conduz a uma discussão que irá, em outros escritos, desembocar na crítica à tradição filosófica e a essa pretensa superioridade da razão, depois também denunciada por Adorno. Para ele, a filosofia tem perseguido, desde Platão, um modelo racional que pode ser entendido como aquele que contém as qualidades apolíneas. Apolo é o deus grego que representa o sol e que reúne os adjetivos de razão, ordem, estabilidade, equilíbrio, harmonia e etc. Em seu mito da Parelha Alada, Platão nos convida a imaginar o seguinte cenário: imaginemos que a alma é uma força mantida por dois cavalos alados e um cocheiro em uma carruagem. Esta carruagem nos guiará até os deuses, onde somos convidados para desfrutar de um belo banquete. Porém, a viagem não será fácil pois é preciso guiar com ambos os cavalos que são bem diferentes entre si. Um deles é de boa raça, sendo belo e bom, enquanto o outro é de raça ruim, sendo arisco e teimoso.

É possível notar que para Platão o ser humano é dotado destes dois ímpetos e que para chegar aos deuses é preciso controlar o cavalo ruim. Apolo representa as qualidades do homem sábio, daquele que controla a sua natureza e eleva-se. Mais perto do cavalo de má raça se encontraria o deus Dionísio, que representa o vinho e tem como adjetivos a instabilidade, o caos, as paixões, o frenesi e etc., características que a tradição nos ensina que nos desviam do caminho correto. Porém, Nietzsche viu como consequência dessa superestima da razão apolínea justamente o seu oposto, a razão que se pretendia soberana e que elevaria o ser humano na posição de senhor de si, acabou por emburrecer e dar espaço a um sujeito moralmente fraco. O homem moderno não aceita sua finitude, não aceita o sofrimento e as angústias da vida e, por isso mesmo, não se eleva e não se relaciona de maneira saudável com a sua natureza. Natureza esta que, para o filósofo, deveria conter ambas as divindades. Afinal, "sob a magia do

dionisíaco torna a selar-se não apenas o laço de pessoa a pessoa, mas também a natureza alheada, inamistosa ou subjugada volta a celebrar a festa de reconciliação com seu filho perdido, o homem” (Nietzsche, 1992, p. 31).

A crítica nietzschiana é interessante para entendermos a própria teoria de Adorno e de Horkheimer. Para eles, a razão privilegiada desde a mitologia grega e consagrada a partir da tradição da filosofia clássica, está no cerne da barbárie que experimentamos nos dias atuais. Nossa racionalidade possui tanto as características apolíneas quanto dionisíacas, mas elevamos a primeira em detrimento da segunda. A razão operada desde então foi extremamente útil para a humanidade em vários sentidos, pois ao se deslocar das explicações teológicas e metafísicas, permitiu o avanço científico e garantiu as condições necessárias para que pudéssemos produzir conhecimento do mundo físico a partir de experimentos e estudos rigorosos, incluindo métodos de validação de teorias e inúmeros avanços técnicos e tecnológicos tão necessários e oportunos. Mas ao mesmo tempo, também engessou nossas capacidades analíticas, pois colocou todas as coisas sob este novo signo científico. A pretensa neutralidade científica é o horizonte a se alcançar e a razão cada vez mais se submete a métodos que preconizam essa finalidade. Despojada de suas reflexões metafísicas, a razão muito mais subjetiva que objetiva acaba por liquidar qualquer conteúdo ético por si mesmo, favorecendo sempre o cálculo de utilidade inclusive nas relações humanas. Nos adverte Horkheimer que,

A neutralização da razão, que a despoja de qualquer relação com o conteúdo objetivo e de seu poder de julgar este último, e que a reduz ao papel de agência executiva mais preocupada com o como do que com o porquê, transforma-a cada vez mais num simples mecanismo enfadonho de produtividade e poder para descobrir e afirmar novas espécies de conteúdo – perde a própria subjetividade. (2002, p. 60)

O capitalismo representa este grande sucesso no empreendimento de uma razão subjetiva, pois condensa as máximas científicas e as transforma

em práticas cotidianas que se iniciam nas fábricas, mas, desde muito, extrapolam nossa vida laboral. A matematização de nosso entendimento é, como já vimos, útil em algumas áreas, mas também pode significar uma profunda *coisificação* do outro e das relações entre humanos. Afinal, “a razão subjetiva se conforma a qualquer coisa. Pode se prestar ao uso tanto dos adversários quanto dos defensores dos tradicionais valores humanitários” (Horkheimer, 2002, p. 30). Uma razão que se pretende o arauto da verdade por meio do cálculo e da técnica, pode servir, inclusive, para validar teses de degradação humana, como se pode bem observar na teoria eugenista promovida pelo nazismo ou na tese da imunização de rebanho defendida pelo atual presidente⁴. Nas palavras de Adorno e de Horkheimer (1985, p. 38), “na redução do pensamento a uma aparelhagem matemática está implícita a ratificação do mundo como sua própria medida”. Sendo assim, “o que aparece como triunfo da racionalidade objetiva, a submissão de todo ente ao formalismo lógico, tem por preço a subordinação obediente da razão ao imediatamente dado”.

Essa é exatamente a lógica que garante que os fins justificam os meios, principalmente quando adicionamos a lógica do lucro nesta mistura. A razão instrumentalizada, ou subjetiva, serve perfeitamente aos interesses capitalistas, pois representa a subordinação da natureza e, com ela, a elevação do homem. Porém, o próprio conceito de natureza acaba por privilegiar a exploração e a desumanização dos corpos, uma vez que nem todos os seres humanos ocupam este lugar privilegiado reservado aos civilizados. Ao definir uma linha de ruptura entre a natureza e o homem, o saber científico moderno rebaixou a primeira ao nível do animalesco,

⁴ Durante a pandemia de Covid-19, enquanto vários países se articulavam para o financiamento e desenvolvimento de vacinas, o presidente brasileiro retardou o quanto pode uma posição do país em prol da vacinação, defendendo que a infecção de uma parcela considerável da população produziria uma imunidade de rebanho natural, economizando milhões aos cofres públicos. O termo rebanho é significativo, pois enfatiza bem o que a população mais vulnerável economicamente (os mais expostos e, portanto, a maioria das vítimas fatais da pandemia) significava para ele. Muitas foram as vítimas dessa política insana.

mistificando sua figura como irracional e, portanto, sem grande valor social. Apesar do lema da Revolução Francesa, Liberdade, Igualdade e Fraternidade, o que os países europeus promoveram foi uma divisão geopolítica do mundo, separando natureza e homem, agora entre os próprios seres humanos. A Razão Instrumental promove o contrário daquilo que nasceu para abolir: acaba por tornar-se justamente uma entidade mítica. E em nome dessa razão e dessa ciência, com poderes quase que sobrenaturais, pode-se justificar inclusive a escravidão e a violência. Essa é a grande denúncia das filosofias de caráter decolonial, que apontam a desumanização praticada contra os países colonizados, onde se justificava todo tipo de abuso e de exploração sob a máxima do progresso.

COLONIALISMO E EXPORTAÇÃO DA RAZÃO INSTRUMENTAL: O EPISTEMICÍDIO NAS COLÔNIAS COMO FERRAMENTA DE EXPANSÃO CAPITALISTA

A subjugação entre grupos humanos não é uma invenção recente de nossa história. Porém, o uso de uma racionalidade de pretensões científicas e, portanto, inquestionáveis, para tal finalidade, sim. Essa é uma marca moderna, que dá início a uma nova forma de classificação social, responsável por incluir grupos étnicos inteiros no rol de pessoas que “nasceram” para serem escravizadas. Se é verdade que a ciência nos presenteou com inúmeros avanços e confortos, também é verdade que a matematização do pensamento nos colocou em caminhos muitas vezes contraditórios. Afinal, como já vimos, a razão subjetiva pode nos levar do céu ao inferno, sendo, com ela, perfeitamente possível justificar qualquer meio empregado para se chegar a uma finalidade “justa”. Porém, o próprio conceito de justiça foi esvaziado e opera, agora, sob o crivo da utilidade e do lucro.

Não à toa é na esteira do pensamento moderno que o capitalismo se fixa, cunhando os fundamentos filosóficos que conhecemos até hoje. As

ideias de progresso e de liberdade, de propriedade privada e de civilidade estão conectadas, pois todas elas ajudam a estruturar esta nova relação comercial entre os homens. Para garantir a contínua marcha da humanidade é preciso que alguns direitos fundamentais sejam assegurados, como a propriedade e a liberdade individual. O novo sistema nasce como uma necessidade burguesa, em prol do enriquecimento para além da casta nobre e da manutenção dos baixos salários da classe servil. Mas o capitalismo desde cedo encontrou uma dificuldade, a mão de obra. Em uma sociedade europeia devastada pela Peste Negra e pela fome, era impossível garantir trabalhadores em número suficiente para suprir as altas demandas dos novos tempos. Conforme podemos aprender com Silvia Federici,

A Peste Negra, que matou, em média, entre 30% e 40% da população europeia, constituiu um dos momentos decisivos no decorrer das lutas medievais (Ziegler, 1969, p. 230). Esse colapso demográfico sem precedentes ocorreu depois que a Grande Fome de 1315–1322 havia debilitado a resistência das pessoas contra doenças (Jordan, 1996), e mudou profundamente a vida social e política da Europa, praticamente inaugurando uma nova era. As hierarquias sociais foram viradas de cabeça para baixo, devido ao efeito nivelador da mortandade generalizada. A familiaridade com a morte também debilitou a disciplina social. Diante da possibilidade de uma morte repentina, as pessoas já não se preocupavam em trabalhar ou em acatar as regulações sociais e sexuais, e tentavam ao máximo se divertir, festejando o quanto podiam, sem pensar no futuro. A consequência mais importante da peste foi, entretanto, a intensificação da crise do trabalho gerada pelo conflito de classes: ao dizimar a mão de obra, os trabalhadores tornaram-se extremamente escassos, seu custo aumentou de forma crítica e a determinação das pessoas em romper os laços do domínio feudal foi fortalecida. (FEDERICI, 2017, p. 96)

Podemos observar que a expansão capitalista esbarrava em uma dupla problemática, a) da obediência e b) dos custos da mão de obra. Esse foi um momento decisivo para o nascimento daquela classificação social que descrevi anteriormente e que conhecemos muito bem aqui na América

Latina. A ampliação e solidificação do capitalismo só foi possível graças ao trabalho escravo das populações de diversos países africanos e, posteriormente, dos povos indígenas das Américas. O racismo foi criado para esta finalidade, tendo apoio “científico” para tornar moralmente aceitável a escravização de determinados grupos. Mais que isso, a escravidão gerada como consequência natural a partir de características físicas (do sujeito não branco) foi uma invenção conveniente, para garantir a subjugação de comunidades inteiras facilmente reconhecíveis. A expansão rumo à novas colônias foi um projeto moderno e capitalista, que tinha um claro objetivo mercantil. Assim deu-se a fase de acumulação primitiva do capital, “a colonização das terras ultramarinas e a escravidão dos não europeus foram fundamentais para a consolidação do capitalismo mundial, e, ao mesmo tempo, uma resposta das elites econômicas e políticas às revoltas camponesas na Europa que ameaçavam seu domínio.” (FEDERICI, 2017, p. 64)

Vemos como a Razão Instrumental operou neste contexto, favorecendo aquela mentalidade desprovida de humanidade, que comporta-se como uma máquina programada para operações que conduzem à finalidade registrada. Somente uma sociedade que escanteou durante séculos a razão objetiva poderia chegar a estabelecer toda uma fundamentação científica, teológica, filosófica e social para justificar a animalidade entre seres humanos. Mas tudo vale se temos como fim o progresso, não é mesmo? O objetivo declarado era em prol da humanidade e dos povos civilizados, que representavam, no imaginário autocentrado da época, a última camada evolutiva. Assim, violentar corpos não europeus era tolerável e, até bem visto, uma vez que se estava praticamente lhes fazendo um bem: utilizando-os para aquelas funções que nasceram para exercer. Quase como aquela ideia aristotélica de ato e potência. Enquanto uns nasceram para dominar, outros nasceram para ser dominados.

Talvez a ferramenta de dominação mais efetiva e mais duradoura, praticada até hoje, seja a do epistemicídio, que opera justamente fortalecendo nas colônias aquela imposição de um modo de pensar e de enxergar o mundo importado dos colonizadores. Segundo Sueli Carneiro (2005, p. 97), “o epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural”. Em outras palavras, o conceito versa sobre a morte programada de epistemologias outras que não aquelas dos senhores. Ao colonizar novas localidades, também se impunha aos nativos uma visão de mundo e conhecimentos alheios a sua cultura, forçando (quase sempre de forma violenta) a assimilação de novos valores religiosos, morais, políticos e etc. A mentalidade capitalista, e sua forma instrumentalizada de gestão da vida e das relações, não era uma realidade nas Américas (para falar especificamente de nossa realidade) pré-coloniais. Este modelo racional foi trazido da Europa e dolorosamente aplicado e enraizado em nosso solo. Como nos elucida Aníbal Quijano:

En América, la idea de raza fue un modo de otorgar legitimidad a las relaciones de dominación impuestas por la conquista. La posterior constitución de Europa como nueva identidad después de América y la expansión del colonialismo europeo sobre el resto del mundo, llevaron a la elaboración de la perspectiva eurocéntrica de conocimiento y con ella a la elaboración teórica de la idea de raza como naturalización de esas relaciones coloniales de dominación entre europeos y no-europeos. Históricamente, eso significó una nueva manera de legitimar las ya antiguas ideas y prácticas de relaciones de superioridad/inferioridad entre dominados y dominantes. Desde entonces ha demostrado ser el más eficaz y perdurable instrumento de dominación social universal, pues de él pasó a depender inclusive otro igualmente universal, pero más antiguo, el inter-sexual o de género: los pueblos conquistados y dominados fueron situados en una posición natural de inferioridad y, en consecuencia, también sus rasgos fenotípicos, así como sus descubrimientos mentales y culturales (2000, p. 203)

A ideia de raça, como vemos, foi utilizada como demarcador de superioridade/inferioridade, estabelecendo relações de poder muito bem definidas e observáveis. Arelado a isto, a naturalização da inferioridade passava pelas diferenças culturais e de organização social. Enquanto o comportamento e a cultura europeia eram vistos como civilizados e evoluídos, os hábitos dos não europeus eram tidos como infantis, místicos e bárbaros. O assassinato de suas epistemologias, de seus conhecimentos e de sua forma de relacionar-se em grupo e com a natureza, era fundamental para garantir a docilidade necessária para o trabalho. O fundamento do capitalismo efetivou-se, portanto, graças ao sangue negro e indígena. A razão subjetiva exportada da Europa tanto marca os pilares utilizados como fundamentação para a prática de tais comportamentos violentos, como, posteriormente, é assimilado, favorecendo a globalização do sistema. A ideia de que a imunidade de rebanho possa ser aplicada em pessoas ou que “o Brasil não pode parar ou a economia irá ruir”, difundida durante a pandemia de Covid-19, ilustra muito bem o quanto operamos dentro da Razão Instrumental, que nos foi trazida de navio.

O desafio apontado por Adorno não é o de reverter essa nossa faceta racional, tampouco romantizar um pretense passado onde talvez a humanidade vivia de forma mais harmoniosa. É possível que este momento nunca tenha existido, e, de fato, essa fantasia mental não interessava ao autor. Estamos onde estamos, somos o que somos. Devemos pensar, segundo ele, não a partir daquilo que ficou ou que virá, mas, sim, a partir daquilo que deveria ser mas não é. Para dizer de forma mais simples, para Adorno não devemos nem nos fixar no passado, nem na ideia romântica de futuro. Devemos, portanto, analisar o presente tendo sempre em mente a comparação entre aquilo que, enquanto sociedade, achávamos que teríamos alcançado e a sociedade que de fato somos. É nesta contradição, entre a expectativa e a realidade, que se encontra a chave crítica

necessária para darmos conta das mazelas oriundas de nossas escolhas, conscientes ou não.

Se não é possível voltar ao passado ou mesmo apagar as feridas coloniais, pelo menos podemos trazer ao nível da consciência coletiva tais violências, apresentando alternativas viáveis para uma prática diferente a partir de agora. A busca por resgatar, criar e recriar filosofias diversas para além do cânone europeu pode não representar uma solução definitiva ao problema da Razão Instrumental, mas certamente é uma resistência possível, que opera como freio a um modelo tido, desde muito, como única possibilidade de conhecimento. Fomentar esse tipo de debate, objetivo deste artigo, é também uma contribuição. Se o pensamento capitalista reverbera até hoje em nossa nação, agora como neoliberalismo, é porque ainda estamos envoltos na mentalidade do opressor e tomamos como nossas suas ideologias. Pensar uma sociedade diferente é possível e podemos começar nossa resistência a partir daquilo que nos foi, e continua sendo, negado: nossa própria análise do mundo. O fazer filosófico é este olhar amplo.

FILOSOFIA DECOLONIAL, UM EXERCÍCIO PODEROSO

Como vimos, no processo de invenção do outro, do subordinado não branco, a cultura europeia cravou-se como ponto de referência, atuando como medida de todas as coisas. Sua pretensão de universalidade acabou por consolidar apenas uma possibilidade de fazer intelectual, uma tradição filosófica, e, portanto, um cânone. Nesse jogo, onde os inventores das regras as utilizam como ferramenta de dominação e de legitimação da força, aprender o manual de instruções parece fundamental. O modelo europeu passou a ser a fonte de todas as referências, ocupando um papel de centralidade. “Entonces, la cultura europea se convirtió, además, en una seducción: daba acceso al poder. Después de todo, mas allá de la

represion, el instrumento principal de todo poder es su seducción. La europeización cultural se convirtió en una aspiración.” (QUIJANO, 1992, p.12).

Para além do período imperialista, a racionalidade importada para as Américas não desapareceu junto com o empreendimento colonial. As relações de poder estruturadas nesse período deixaram marcas profundas que se mantêm até os dias atuais. Todos os exemplos trazidos na introdução deste artigo versam sobre essa hierarquização, uma vez que pressupõem um escalonamento humano, entre aqueles mais e os menos civilizados. É do presidente em retirada a fala, “eu fui num quilombo. O afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas. Não fazem nada”⁵. Note-se que, ao se referir ao peso de pessoas negras na medida “arroba”, animaliza-se o sujeito; afinal, essa medida é utilizada para gado. Perpetuado em nosso imaginário, as marcas coloniais atuam em todas as áreas de nossas vidas, uma vez que suas bases estão amparadas por construções epistemológicas que são constantemente ensinadas e reforçadas. A construção de um conhecimento hegemônico de mundo foi amparada, inclusive, pela filosofia, que desde muito reforça teorias que arremessam para a periferia sujeitos e conhecimentos. Imponente filósofo do movimento Iluminista, tão relevante aos rumos da modernidade, Kant não deixou de carregar os preconceitos de sua época. Em sua obra *Observações sobre o sentimento do belo e do sublime*, de 1764, ele escreveu:

Os negros da África não possuem, por natureza, nenhum sentimento que se eleve acima do ridículo. O senhor Hume desafia qualquer um a citar um único exemplo em que um Negro tenha mostrado talentos, e afirma: dentre os milhões de pretos que foram deportados de seus países, não obstante muitos deles terem sido postos em liberdade, não se encontrou um único sequer que apresentasse algo grandioso na arte ou na ciência, ou em qualquer outra aptidão; já entre os brancos, constantemente arrojam-se aqueles que, saídos da plebe mais baixa, adquirem no mundo certo prestígio, por força de dons

⁵ Fala na íntegra disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/bolsonaro-quilombola-nao-serve-nem-para-procriar/>>.

excelentes. Tão essencial é a diferença entre essas duas raças humanas, que parece ser tão grande em relação às capacidades mentais quanto à diferença de cores. A religião do fetiche, tão difundida entre eles, talvez seja uma espécie de idolatria, que se aprofunda tanto no ridículo quanto parece possível à natureza humana. A pluma de um pássaro, o chifre de uma vaca, uma concha, ou qualquer outra coisa ordinária, tão logo seja consagrada por algumas palavras, tornam-se objeto de adoração e invocação nos esconjuros. Os negros são muito vaidosos, mas à sua própria maneira, e tão matraqueadores, que se deve dispersá-los a pauladas. (KANT, 1993, p. 75-76)

A pretensa superioridade moderna fixa-se na ideia de que o conhecimento produzido na Europa⁶ é capaz de alcançar a universalidade, uma ideal objetividade e uma perfeita neutralidade. O conhecimento levado para as colônias estava assentado nessas máximas e, portanto, precisava reproduzir aqueles preconceitos tão relevantes para a sustentação da lógica capitalista. Neste sentido, Kant não foi nem vítima, nem algoz, apenas reproduziu em sua filosofia a marca da razão moderna instrumentalizada. Como ele, muitos foram os filósofos que, ao longo da tradição, reforçaram tais preconceitos, endereçado aos africanos, aos chineses, às mulheres, aos judeus, aos indígenas e etc. A questão não é condenar estes pensadores com o olhar de nosso tempo, mas fomentar a análise crítica de seus escritos, para, assim, desencantar nossas leituras – é preciso desconstruir o conto de fadas.

A filosofia decolonial pode ser uma porta interessante de resistência, pois justamente opera na oposição ao pensamento de pretensão universal. Decolonialidade significa colocar-se numa lógica outra, que não a construída sob as máximas coloniais. Não trata-se, como à primeira vista o

⁶ O termo Europa funciona aqui como abstração conceitual, uma imagem geopolítica que nos serve para uma melhor compreensão didática das relações de poder exploradas ao longo do texto. Porém, é prudente esclarecer que as posições de dominação já não podem ser reduzidas em termos geográficos, uma vez que as configurações do capitalismo globalizado são mais complexas do que as dadas no período colonial. Alguns autores preferem a distinção entre Norte e Sul global, porém essa discussão não será abordada neste artigo.

nome pode sugerir, de negar a colonialidade, mas, sim, de reconhecê-la, inclusive em seus efeitos nefastos e teorizar a partir daí. Fazer uma filosofia de resistência é conscientizar os elementos que nos constituíram e problematizá-los. A filosofia decolonial não fecha em seu conceito uma única prática ou modo de fazer filosófico. Ao contrário, reúne diversas práxis transformadoras.

Ao conectar a crítica de Adorno e Horkheimer ao tema da decolonialidade, não pretendo sugerir o encaixe de tais autores dentro deste rótulo. Porém, considere uma chave de leitura relevante para compreender a base racional que pautou o colonialismo. Tal exercício me parece adequar-se perfeitamente aos fundamentos de uma filosofia decolonial, que justamente se movimenta no exercício de observar a tradição e problematizar nossa realidade a partir dela e com ela, inclusive superando suas análises. Se nossas heranças modernas são marcas indiscutíveis daquilo que somos, nada mais justo do que utilizarmos algumas de suas categorias analíticas em prol de nossa reflexão e transformação. Este texto foi ele mesmo um exercício decolonial, que tinha como meta contribuir com o debate filosófico, utilizando categorias existentes para realizar uma análise local de nossa realidade brasileira e latino-americana.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**. Trad. Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

CARNEIRO, A. S. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo: São Paulo, 2005.

FEDERICI, S. *Calibã e a bruxa: Mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

HORKHEIMER, M. **Eclipse da razão**. Trad. Sebastião Uchoa Leite. São Paulo: Centauro, 2002.

KANT, I. **Observações sobre o sentimento do belo e do sublime**. Campinas: Papyrus, 1993.

MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. In: A revolução antes da revolução. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

NIETZSCHE, F. **O nascimento da tragédia, ou Helenismo e pessimismo**. Trad. Jacob Guinsburg. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

PERIUS, O. Sobre o projeto de uma dialética do esclarecimento. In: **Filosofia em debates: questões de ética, educação e política**. Florianópolis: Nefiponline, 2016.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In. **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales**. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

QUIJANO, A. **Colonialidad y modernidad/racionalidad**. Revista del Instituto Indigenista Peruano, vol. 13, n. 29, Lima, 1992.